

Acordo aumentará capacidade nuclear

DORA KRAMER

Especial para o *JB*

**Nova Dé-
lhi** — Um acordo de cooperação tecnológica com a Índia poderá capacitar o Brasil a aumentar em quatro vezes seu potencial de uso de urânio como combustível nuclear. Os dois países assina-

rão, durante a viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso a Nova Délhi e Bombaim, um memorando de entendimentos que contém sete pontos de intercâmbios possíveis na área de energia nuclear.

O ponto mais importante diz respeito ao uso do tório, mineral que pode ser transformado em urânio, uma tecnologia de que a Índia dispõe. Não se trata de acordo para fornecimento de combustível, uma vez que tanto o Brasil quanto a Índia têm reservas do mineral. Segundo o presidente da Comissão

Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Mauro José Esteves — que acompanha junto com uma equipe a comitiva presidencial —, existem no Brasil um milhão de toneladas de tório e 300 mil toneladas de urânio.

O presidente Fernando Henrique confirmou o interesse do Brasil em adquirir essa tecnologia, mas acentuou que o uso será especificamente para fins pacíficos. De acordo com o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardemberg, esse memorando estará submetido às salvaguardas internacionais que cercam este tipo de ato internacional. O Brasil é signatário do tratado de Tlatelolco, que limita aos países da América Latina o uso da energia nuclear para fins não bélicos. Existe também um compromisso bilateral com a Argentina.

Prazo — A Índia não está submetida a esse tipo de compromisso e nem tem com seus países vizinhos — China e Paquistão —, uma relação de natureza tão pacífica quanto a que cerca as nações latino-

americanas. O governo indiano, no entanto, assegura que seu interesse limita-se ao uso de material radioativo a projetos científicos que não incluem armamentos.

O memorando de entendimentos terá validade de cinco anos ao longo dos quais Brasil e Índia estabelecerão programas de cooperação para os seguintes usos além da transformação do tório: aplicação de radioisótopos na agricultura, na conservação de alimentos, meio ambiente, proteção radiológica, segurança de reatores e fornecimento de equipamentos nucleares. Recentemente o Brasil assinou com a China acordo para o fornecimento de equipamentos e com Cuba para a aplicação de radioisótopos no combate ao câncer.

Como o memorando é um documento de intenções, ainda não há verbas nem cronogramas estabelecidos para o desenvolvimento dos programas. Mas, segundo o presidente da CNEN, os cientistas brasileiros serão os primeiros a formar uma missão para os contatos iniciais na Índia.

Na declaração política conjunta que Brasil e Índia assinarão sábado, no fim da visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao país, estará claramente explicitado o apelo dos dois pela reforma da Organização das Nações Unidas. O principal para os dois países é a ampliação do Conselho de Segurança, cuja representatividade, que 50 anos depois ainda reflete o mapa geopolítico do fim da Segunda Guerra Mundial, é contestada pelas nações que adquiriram importância, ainda que restrita às suas respectivas regiões, de lá para cá.

De acordo com o Presidente, formalmente o Brasil não reivindica uma vaga, embora este seja um desejo claro. “Não temos nenhuma candidatura posta nem pretensões à hegemonia, sobretudo regional”, disse Fernando Henrique ao assegurar que, no momento, o mais importante é que os países em desenvolvimento lutem por uma “representação mais democrática”, na ONU. Obviamente, aí está inserida a questão do Conselho de Segurança.

